



*COMISSÃO PERMANENTE DE SUSTENTABILIDADE:
MOBILIDADE, TERRITÓRIO E AMBIENTE*

**RELATÓRIO ATIVIDADES
ANO DE 2022**

ABRIL 2023

A Comissão Permanente de Sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente foi e constituída por deliberação da Assembleia Municipal na sua Sessão de 29 de novembro de 2021, ao abrigo da alínea do n.º 1 do art.º 24.º do Regimento da Assembleia Municipal e alínea c) do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a 15 de dezembro de 2021 tomaram de posse, os seguintes elementos: Celso Jorge Carvalhal Carvalho - Presidente da Comissão; David Alves Gomes Lopes – em representação do PS; António João Leal da Costa Bastos – em representação do PSD; Ana Teresa de Carvalho dos Santos – em representação do UTV; Francisco Artur Gomes Corvelo – em representação do PCP; Renato António Cabral Rodrigues Monteiro – em representação do Aliança; Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo – em representação do CDS e Carlos Alberto Pontes Filipe – em representação do Chega.

Entre janeiro e dezembro de 2022, a comissão realizou 9 reuniões e 4 visitas das quais se dá a devida nota no presente relatório.

- 18 de janeiro

Esta 1ª visita ocorreu a convite da Câmara Municipal e teve como destino Estação de Transferências da Ota. Além dos representantes da comissão, a visita foi também acompanhada de representantes dos habitantes da Paúl, para verificação das condições daquele equipamento, com características semelhantes ao da Estação de Transferência que estava, à data, em construção naquela localidade do nosso concelho.

- 4 de fevereiro

A comissão reuniu, pela 1ª vez, no Edifício dos Paços do Concelho e foi informada da possibilidade de aquisição, pela OesteCIM, de 51% do capital social de uma empresa de transportes, para realizar serviço nos vários municípios do Oeste e da apresentação pública desta ideia em 10/02/2022, em Caldas da Rainha.

No seguimento desta reunião foi solicitado, ao SMAS, o mapeamento de todos os oleões e pilhões disponíveis no concelho e ainda uma visita à obra da ET de Torres Vedras.

- 22 de fevereiro

A visita à obra da Estação de Transferência e Ecocentro de Torres Vedras, na Paul, realizou-se a 22 de fevereiro, pelas 17h30.

A visita foi acompanhada da diretora delegada do SMAS, Sandra Pedro, que deu a conhecer o espaço e o andamento da obra.

- 7 de março

Nesta data a comissão reuniu e procedeu à análise da visita anteriormente referida e foi elaborado relatório comparativo entre os dois equipamentos, posteriormente lido em sede de Assembleia Municipal, onde se deu nota da não existência de maus odores na Estação de Transferências da Ota.

Mais foi dito que aquela ET da OTA possui apenas 4 contentores, sendo mais pequena do que a que estava a ser construída na Paúl, com 6 contentores.

Finalmente, a comissão deu nota que a entrada e saída da ET da Paúl carece de melhoria da segurança rodoviária.

Relativamente ao possível negócio da Oeste CIM e na tentativa de melhor compreender as bases do negócio de transportes públicos do Oeste, foram enviadas algumas questões à OesteCIM.

Nesta data e tendo em conta a importância da temática da acessibilidade a comissão solicitou dados sobre os trabalhos desenvolvidos e/ou planeados com base no Programa Rampa.

- 24 de março de 2022

Esta reunião realizou-se no Maxial e foi seguida de uma visita às instalações do Centro Florestal Municipal, cujas condições muito agradaram os membros presentes, e contou com a participação do presidente da Assembleia Municipal, da vereadora Dulcineia Ramos, responsável pelo pelouro do ambiente, e os engenheiros afetos ao Gabinete Técnico Florestal (GTF)

Nesta data a comissão foi informada que qualquer cidadão pode reportar a existência de ninhos de vespa asiática através da plataforma SOS Vespa, mas que o contacto mais rápido é através da Proteção Civil, preferencialmente com envio de fotografia do ninho para identificação imediata.

Foi também abordado o aumento da área admitida para plantação de Eucalipto no nosso Município, na sequência da Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro, tendo os técnicos explicado que desde 2017 a plantação genérica de eucalipto está proibida, sendo admitida apenas a rearborização.

Nos termos da Lei, novas plantações só serão admitidas mediante critérios de compensação e enquanto não for regulamentada a área de reposição nada muda relativamente a esta questão.

Após a regulamentação, a competência de aprovação será da CCDR, cabendo a Câmara Municipal a emissão de um parecer não vinculativo.

No que diz respeito à limpeza das faixas rodoviária de 10 metros e do destino dado aos galhos daí provenientes, a comissão ficou a saber que ficam no local, para aproveitamento pelo proprietário do terreno, mas se passados 10 dias, o proprietário não os retirar, são retirados pelos serviços do centro florestal, estilhaçados e espalhados, juntamente com os galhos provenientes do trabalho dos sapadores, para fertilização do solo.

Relativamente aos Chorões, uma espécie invasora, é dada prioridade à sua extração em zonas onde há espécies autóctones, como na Praia Azul, mas ainda não se avançou para intervenções em áreas já dominadas por esta espécie. Em alguns casos, como nas falésias, a extração não é recomendada sob pena de agravar a instabilidade do solo no local.

Quanto ao Plano de Contingência da Água, a comissão foi informada de que, nesta data, estava ativo, mas que a implementação das medidas nele previstas estavam dependentes das atualizações do IPMA ao estado da seca.

- 4 de abril

Na reunião seguinte a comissão tomou conhecimento da resposta do SMAS ao pedido de mapeamento de pilhões e oleões no concelho, dando nota da existência de 73 pontos de recolha de óleos usados e apenas 18 pontos para receção de pilhas *não sendo, esta última, é uma competência da Câmara Municipal.*

Relativamente ao reduzido número de locais para recolha de pilhas mais se soube que em 2019 o concelho dispunha de uma rede de 91 Ecoparceiros que foi descontinuada devido à cessação da atividade da entidade gestora Ecopilhas, em 2020.

A comissão propõe que se realize uma ação de divulgação dos pontos de recolha, com o devido destaque no site do SMAS, onde a informação está disponível, mas não é fácil de localizar.

Nesta data, a OesteCIM propôs à comissão o agendamento de uma reunião no seguimento do pedido de esclarecimentos relativamente à possível aquisição de uma empresa transportes públicos, a nível intermunicipal e essa reunião foi agendada para dia 6 de maio, em Caldas da Rainha, mas não se chegou a realizar e não existiram novos desenvolvimentos.

Ficou ainda acordado o agendamento de reuniões com os presidentes de Junta de Freguesia do Ramalhal e de Campelos e Outeiro da Cabeça, além do presidente da Junta de Santa Maria São Pedro e Matações, que é membro integrante da comissão,

para que a comissão tomasse conhecimento dos problemas por estes identificados relativamente ao projeto de modernização do 2º troço da Linha do Oeste (Torres Vedras e Caldas da Rainha).

- 6 de abril

A convite da presidente da Câmara Municipal, a comissão esteve presente, nesta data, numa reunião realizada no Centro de Artes e Criatividade (CAC), sobre a Modernização da Linha do Oeste, mais concretamente a questão da Estação de Tração Elétrica prevista para Runa, na qual também estiveram presentes representantes das Infraestruturas de Portugal, da plataforma de cidadãos “Runa Acontece”, da Junta de Freguesia de Dois Portos e Runa, do Executivo Municipal e o Presidente da Assembleia Mundial.

Nesta reunião os responsáveis pela IP esclareceram que, tecnicamente a estação a construir só é viável entre o Km 58 e início do Km 60 da linha, ou seja, num intervalo de 2 Km.

O local previsto em projeto não agrada à população daquela localidade e, apesar da maioria dos locais propostos em alternativa não cumprirem os requisitos técnicos exigidos, um dos representantes da plataforma de cidadãos referiu a encosta junto à pedreira que, aparentemente, cumpre os critérios exigidos porque está no início do km 60 da linha, distanciando-se apenas 1200m da localização que estava em projeto.

A localização referida não tinha sido alvo de estudo e o vice-presidente da IP disse que iriam visitar o local e avaliar a viabilidade técnica desse espaço, mas admitiu que tal atrasará o processo.

- 21 de abril

Realizou-se uma reunião com o presidente da Junta do Ramalhal, António Espírito Santo, que expôs as preocupações da Junta e da Assembleia de Freguesia, relativamente às passagens de nível naquela Freguesia, nomeadamente no que respeita à supressão da passagem de nível da Caseta do Feno que considera que deverá ser mantida e dotada de barreira elétricas e no não alargamento da passagem inferior (túnel) da Abrunheira.

- 2 de maio

Seguiu-se uma reunião que contou com a presença do presidente da Junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, Damas Antunes, que considerou a passagem inferior prevista para o Outeiro da Cabeça uma excelente solução para a circulação automóvel no local. Da interpretação do projeto ficou a dúvida se esta passagem incluirá ou não uma passagem de peões.

O presidente da Junta de Freguesia da Santa Maria São Pedro e Matacães, David Lopes, nessa qualidade, deu também a conhecer as suas dúvidas relativamente à segurança da passagem de nível do Casal dos Ameais, que se prevê manter, mas por onde passam cada vez mais automóveis com trajeto alternativo para sair da cidade.

A comissão verificou algumas referências a um projeto autónomo para, futuramente, suprimir essa passagem de nível, mas não conseguiu identificar, sobre qual o local previsto para a construção da nova passagem desnivelada.

Todas as questões levantadas pelos presidentes de Junta ouvidos foram coligidas e remetidas à Câmara Municipal para obtenção de respostas junto da IP que não chegou a responder.

- 25 de maio

Nesta data a comissão reuniu para analisar a resposta da presidente da Câmara Municipal relativamente ao Programa Rampa, dando nota de que este teve lugar entre 2007-2013, no âmbito da 2ª geração de planos de promoção da Acessibilidade, com implementação de 3 planos concretos no concelho, designadamente: o Plano Local de promoção de Acessibilidades na cidade de Torres Vedras; o Plano Municipal de Promoção de Acessibilidades, nas sedes das 20 freguesias existentes à data e o Plano Sectorial de Promoção de Acessibilidades, no litoral do concelho, mas concretamente na área delimitada pelo POOC.

Foi ainda dada nota de outras iniciativas para valorização das acessibilidades, de 2013 ao presente, destacando-se o acesso a edifícios como a Câmara Municipal, o Tribunal e os Centros Educativos, as praias acessíveis, a criação de uma rede de estacionamento para deficientes, a adaptação das passadeiras para invisuais, a construção da ponte do Parque do Choupal e as obras da Praça 25 de Abril, entre outras.

Foi também solicitada uma 2ª visita ao Ecocentro da Paúl, onde se insere a já referida Estação de Transferência, para verificar as atuais condições de funcionalmente.

- 4 de agosto

A visita solicitada ao Ecocentro da Paúl foi acompanhada do Administrador da Valorsul Dr. Pedro Vaz e da técnica responsável pela infraestrutura Eng.ª Tânia Gomes e verificou-se a inexistência de maus odores ou excesso de ruído, mas não sendo visíveis alterações significativas relativamente a melhoria da segurança rodoviária naquele local.

Importa referir que esta visita foi antecedida de uma reunião com a diretora delegada do SMAS, Eng.ª Sandra Pedro, no Centro Operacional Municipal (COM), também na Paúl. e nesta foi amplamente debatida a questão dos Resíduos de Demolição e Construção (RDC's), visto que o Ecocentro não recebe este tipo de resíduos, mas o Município tem

a obrigação legal de aceitar a sua deposição, em quantidades limitadas e provenientes de reabilitações domésticas.

Segundo informação da representante do Conselho de Administração do SMAS, essas descargas podem ser feitas no COM de forma gratuita, até 1m³, existindo ainda a possibilidade de agendamento de sua recolha, mediante o pagamento de uma taxa de 20,60€ por 2m³, igualmente aplicável aos resíduos verdes.

A Valorsul não tem competência para receber RCD's mas aceita Resíduos Verdes e Monstros, até 200Kg, sem custos, apesar de muitos munícipes preferirem deixar estes tipo de resíduos juntos aos pontos de recolha de lixo.

Em alternativa o SMAS disponibiliza um serviço de recolha de Monstros ou resíduos volumosos, por 5,17€/unidade

Relativamente aos RDC's a comissão entende que além da criação de uma campanha de sensibilização e divulgação da possibilidade de entrega nesse local, seria de extrema utilidade a criação de outros pontos de entrega pelo concelho de modo a evitar a deposição clandestina destes resíduos em pinhais e florestas, como se tem vindo a verificar.

Mais foi a comissão informada de que no concelho de Torres Vedras são produzidas anualmente 35 mil toneladas de resíduos sólidos, em 3092 pontos de recolha de resíduos sólidos e 72 pontos de recolha de óleos usados e que com a entrada em funcionamento do Ecocentro, os resíduos deixaram de ser ir para o aterro sanitário e são agora encaminhados para São João da Talha e incinerados para produção energética.

Importa recordar que, como visto anteriormente a recolha de pilhas não é da competência da Câmara Municipal e não está refletida nos números apresentados.

Um dos dados que mais surpreendeu os membros da comissão foi o de que a taxa de reciclagem no nosso concelho ronda apenas entre 3% a 4% do total de resíduos recolhidos, apesar de existir, desde 1998 uma rede de recolha seletiva de resíduos, a cargo da Valorsul.

- 13 de outubro

A última reunião desta comissão no ano de 2022, foi agendada a pedido de um dos seus membros, para obtenção de ponto de situação das obras de modernização da Linha do Oeste.

Relativamente a esta questão os membros da comissão lamentam não terem integrado as reuniões subsequentes sobre esta matéria, nem acompanhado as visitas organizadas a alguns locais e entendem que ficou limitada a sua capacidade de

acompanhar e apreciar a evolução dos trabalhos, da qual não podem agora dar a devida nota ao plenário do órgão deliberativo e fiscalizador do Município.

Ainda assim, foram solicitados novos dados à sra. Presidente da Câmara, assim como foi questionado se o Estudo da OesteCIM para a localização do Novo Hospital do Oeste teve, ou não, em conta a proximidade desse futuro equipamento de Saúde e a linha ferroviária. As respostas a estas questões e outras foram dadas oralmente pela Edil, em sessões seguintes da Assembleia Municipal.

Ainda nesta reunião foi manifestada a preocupação da comissão relativamente ao excesso de trânsito na zona do Choupal e à falta de estacionamento da cidade.

Como possíveis soluções abordou-se a possibilidade de construção de uma nova variante rodoviária à cidade e a importância do incentivo do uso do estacionamento subterrâneo, por exemplo. Através do alargamento dos seus horários de funcionamento para 24h/24h, pelo menos à 6ª, sábado e domingo.

O serviço de transporte a pedido, gratuito e com agendamento prévio, foi também um assunto abordado como possibilidade de resolução da escassez de transportes públicos, em algumas localidades do concelho, mas essa situação revela problemas tanto ao nível da capacidade de resposta, como legalmente, pelo confronto direto com os serviços de táxis e similares que são pagos. Esta possibilidade seria viável, sim, ao nível da resposta social.

Sendo esta uma comissão permanente de âmbito bastante alargado, o trabalho não está esgotado pelo que se avança, desde já com alguns dos pontos deixados em aberto para o ano de 2023:

1. Possibilidade de organização de uma ação que possa incentivar o uso das Agostinhas como meio de transporte nas deslocações para as escolas;
2. Trabalho com vista à melhoria geral da iluminação e sinalização das passadeiras e
3. Visita às obras da Linha do Oeste.

Torres Vedras, 17 de abril de 2023

A Comissão Permanente de Sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente

Celso Carvalho
David Lopes
António Bastos
Ana Teresa Santos
Francisco Corvelo
Pedro Castelo
Carlos Filipe